

Patrimônio Cultural da Amazônia MosqueireNSE e História no novo ensino médio

Cultural Heritage of the Amazônia mosqueireNSE and history in the new secondary education system

Daniel Rodrigues TAVARES*

<https://orcid.org/0009-0001-7953-4325>

*Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), integrante da linha de pesquisa Memória e Patrimônio, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Medianeira Padoin. Bolsista de Doutorado Sanduíche, portanto esta produção possui o apoio da CAPES. Mestre em Ensino de História (2019), Bacharel e Licenciado em História (2007), ambos pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor de História das redes públicas de ensino, estadual (Pará) e municipal (Belém-PA).

Resumo: Este texto propõe entrelaçar Patrimônio Cultural, História e seu ensino e o Novo Ensino Médio. Debate o conceito de Patrimônio no Brasil, pensando-o como pode ser problematizado pela História e utilizado no ensino, dentro do formato do Ensino Médio, reformulado a partir da lei 13.415/2017. O *locus* da pesquisa é o distrito de Mosqueiro, que integra o território de Belém, capital do Pará. É uma parte da Amazônia Oriental, a qual denominamos *Amazônia MosqueireNSE*. Trata-se de um artigo que apresenta a possibilidade de usar os bens culturais, por meio da Educação Patrimonial, no ensino de História, diante de um currículo do Novo Ensino Médio, que pouco evidencia a cultura e o patrimônio locais. Para tanto, compreendemos o Patrimônio Cultural como um objeto de pesquisa da História, como fonte histórica, como recurso pedagógico e como elo de memória e identidade entre passado, presente e futuro.

Palavras-chaves: Patrimônio Cultural; História e Seu Ensino; Novo Ensino Médio; *Amazônia MosqueireNSE*.

Abstract: This text sets out to interweave Cultural Heritage, History and its teaching and the New High School. It discusses the concept of Heritage in Brazil, thinking about how it can be problematized by History and used in teaching, within the format of Secondary Education, reformulated based on law 13.415/2017. The *locus* of the research is the district of Mosqueiro, which is part of the territory of Belém, the capital of Pará. It is part of the Eastern Amazon, which we call *Amazônia MosqueireNSE*. This is an article that presents the possibility of using cultural assets, through Heritage Education, in History teaching, in the face of a New High School curriculum that does little to highlight local culture and heritage. To this end, we understand Cultural Heritage as an object of research in History, as a historical source, as a pedagogical resource and as a link of memory and identity between the past, present and future.

Keywords: Cultural Heritage; History and its Teaching; New Secondary Education; *Amazônia MosqueireNSE*.



Problematizando o Patrimônio

O que se aprende e se transmite socialmente é cultura, mas não necessariamente o é patrimônio. Este, por sua vez, é uma seleção de bens culturais, símbolos, representações, lugares de memória, e expressam identidades, mostram uma continuidade geracional, marcam diferenças em relação a outros grupos sociais. O que é ou não considerado patrimônio depende do tempo, do contexto histórico. Trata-se de uma construção ideológica, social e cultural que se altera conforme as mudanças da sociedade. É uma reflexão sobre o passado, possui valor simbólico, capacidade de representação. É, portanto, memória histórica e coletiva (ARÉVALO, 2004).

Um bem cultural é compreendido como um objeto de memória, que é utilizado como suporte para a elaboração de um imaginário acerca das relações sociais do passado. O patrimônio evoca uma determinada memória coletiva, mas não o passado em si. É um objeto cultural selecionado do passado, dentro de uma teia de significados, que produz um efeito de realidade sobre o ocorrido. Essa escolha está imersa num conjunto de eventos do outrora, de acordo com as intencionalidades sobre o que se quer trazer do passado. Essa seleção, que é feita em meio às lutas do presente: há disputa de interesses, tensões políticas e sociais no ato de escolha de qual passado lembrar, comemorar. A História pode (e deve) atuar no campo da problematização das disputas simbólicas, dentro desse processo de escolha dos passados a rememorar. Percebe-se então que as identidades sociais são escolhidas no presente, quando se decide de que forma o passado será utilizado. O Estado possui papel destacado nesse processo de eleição do passado a se consagrar. Processo esse que possui historicidade. O patrimônio cultural é um objeto fecundo para a análise e problematização da história como ciência, que vai em busca das representações sociais do tempo em que o patrimônio foi salvaguardado e do momento que se quer oficializar na história a partir do acautelamento (PACHECO 2017).

Françoise Choay (2006) chama o patrimônio de alegoria, a qual é utilizada na esteira dos propósitos do Estado francês: os bens culturais assumem papel pedagógico, voltado para o fortalecimento da identidade nacional. Na esteira crítica sobre o conceito, Hartog (2006) identifica a intensa patrimonialização no mundo ocidental como um sintoma de nosso regime de historicidade presentista, o qual se esforça para transformar o presente em perpétuo. Seguindo essa linha, o autor brasileiro Reginaldo Gonçalves (2015) fala da “retórica da perda” como um discurso utilizado no processo intenso de patrimonialização de bens culturais, que na maioria das vezes, oficializam um passado associado aos grupos dirigentes do Estado-nação.

No Brasil, a conceituação de patrimônio e a implementação de políticas públicas voltadas ao tema possuem uma influência destacada da noção patrimonial europeia, em especial a francesa. Foi durante a chamada Era Vargas que se criou a primeira legislação, a nível nacional (federal), preocupada com a salvaguarda de bens culturais brasileiros. Em janeiro de 1937 foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), primeiro órgão federal de patrimonialização, ascendente direto do hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e em novembro do mesmo ano, foi sancionado o decreto-lei 25, que trouxe consigo o estabelecimento do tombamento, em reverência à Torre do Tombo, em Lisboa, onde se guardam documentos históricos luso-brasileiros. Tombar um bem significa protegê-lo juridicamente, preservá-lo para o futuro. Foram criados quatro livros do tomo nesse contexto: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; e Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Maria Cecília Fonseca (2017) separa em dois momentos distintos a atuação do Estado brasileiro no que tange à preservação patrimonial: a *Fase Heroica*, que vai de 1937, quando da criação e institucionalização do SPHAN, até 1967, ano de aposentadoria do diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade – nesse período a legislação não versava sobre bens imateriais, e os acautelamentos estavam voltados sobremaneira para a herança cultural cristã, europeia, numa clara evidência da cultura luso-brasileira. O segundo momento foi identificado pela autora como *Fase Moderna*, de 1967 até o final da década de 1980, quando o conceito de patrimônio passa por um processo de transformação que leva em consideração a existência de patrimônios vivos, e/ou imateriais/intangíveis.

Como fruto do seu tempo, a primeira legislação patrimonial no Brasil se associou aos interesses políticos e sociais do contexto da Era Vargas, os quais podemos relacionar a uma vontade de formação de um tipo de cidadão brasileiro conhecedor de seu passado – escolhido pelo Estado como aquele que deve ser lembrado e festejado. O barroco mineiro ganhou atenção especial durante a chamada *Fase Heroica*, momento em que a arquitetura deu o tom da política patrimonial:

... o “patrimônio é também uma escrita do passado, submetida evidentemente a uma gramática e a uma sintaxe específicas”. Se esta afirmação parece ser hoje de certa forma evidente, nem sempre as questões relacionadas ao tema do patrimônio no Brasil foram compreendidas como integrantes do rol de problemáticas de natureza historiográfica. A geração dos fundadores do patrimônio, integrada basicamente por arquitetos de formação, imprimiu uma marca peculiar ao campo, cujos traços ainda hoje se fazem presentes (GUIMARÃES, 2012, p. 98).

Márcia Chuva (2012) aponta que a primeira fase das políticas de patrimônio no Brasil não foi dominada pelos modernistas, não foi influenciada em larga medida pela visão de folclore de Mário de Andrade. Foi o discurso sobre a atuação estatal que estabeleceu essa tradição. Os modernistas possuíam uma noção de patrimônio bem mais plural do que a estabelecida no SPHAN. A pesquisadora salienta que a *Fase Moderna* começou a abrir espaços para uma ampliação da compreensão sobre o conceito, a partir do Centro Cultural e de Referência Nacional (CNRC), da Fundação Pró Memória e de uma atuação do SPHAN menos hermética em torno do patrimônio suntuoso, artístico, cristão, arquitetônico. Como já mencionado, a década de 1980, com o advento da Constituição Federal de 1988, trouxe uma abertura importante acerca do conceito de patrimônio, que passou a considerar os bens de natureza material e imaterial que demarcam memória e identidade no Brasil, inclusive com a posterior promulgação do decreto 3551, de 2000, que criou o instituto do Registro para bens intangíveis.

Segundo Maria Cecília Fonseca (2017), até a década de 1980, a maioria dos bens tombados tinham relação com a arquitetura religiosa e militar, aludindo ao cristianismo e à colonização portuguesa. Um caso emblemático corresponde ao tombamento do Terreiro de Casa Velha, na Bahia, em 1984. Um espaço religioso da umbanda, de influência afro-brasileira. Houve mobilização social a favor do acautelamento, que ocorreu sem unanimidade, com votação apertada dos conselheiros do IPHAN em prol do tombamento, que representou um passo significativo no reconhecimento da presença da cultura negra na história brasileira.

As disputas de narrativas, de memória, de interesses na sociedade se fazem presentes com uma simbologia muito significativa quando se trata do reconhecimento de bens como patrimônio nacional. Nesse sentido, problematizar o patrimônio cultural, trazê-lo para o debate historiográfico é um passo decisivo no trilho que leva à utilização dos bens culturais como elementos integrantes da sociedade, que fazem parte das lutas simbólicas e políticas, assim como podem e devem estar presentes na escola, nas aulas de História, em prol da construção de uma cidadania crítica, tal qual a visão sobre a herança cultural que precisa ser mais plural e com mais alteridade. Há espaço para patrimônio cultural no currículo de História no formato do novo Ensino Médio? Defendemos que sim.

O Novo Ensino Médio, Patrimônio e História

O Governo Federal iniciou a implementação do NEM por meio da medida provisória nº 746 de 22 de setembro de 2016, que tramitou no Congresso Nacional sofrendo algumas alterações, até ser promulgada como Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, alterando a LDB de 1996. As principais mudanças: flexibilização curricular, com a criação de itinerários formativos, que seriam de escolha dos estudantes; a carga horária seria ampliada de 2400 para 3000 horas anuais; obrigação de se ensinar Língua Portuguesa e Matemática durante os 3 anos, flexibilizando as demais disciplinas; obrigatoriedade da Língua Inglesa, prevalecendo ante às demais línguas estrangeiras; criação de política de incentivo de criação de escolas de tempo integral para o Ensino Médio. O currículo então passa a ser composto pela BNCC e Itinerários Formativos construídos dentro das grandes áreas do conhecimento, somado à formação para o trabalho. Ao pensar sobre a formação propedêutica, destaca-se que a BNCC ocupará não mais que 60% da carga horária, logo o discurso de ampliação de horas precisa ser problematizado, pois se na configuração anterior eram 2400h (somados os 3 anos do curso), passou a ser apenas 1800h divididas entre os 3 anos da etapa final da Educação Básica. Outro ponto crucial corresponde à política de financiamento insuficiente para a implementação do tempo integral nas escolas (WATHIER, 2019). Adiciona-se a questão de que a escolha do alunado é condicionada à oferta dos entes federados: cada ente é obrigado a ofertar apenas 1 itinerário formativo. Não há escolha. São obrigatórios pelo que versa a lei apenas Português, Matemática e Inglês. A flexibilização dos demais conhecimentos, incluindo, portanto, os de História, somado à formação para o mercado de trabalho precarizado, aponta a diminuição da qualidade do ensino, a manutenção da exclusão, dos privilégios de classe, e da dualidade desse ensino que vai voltar a formar jovens de elite para as graduações, e jovens menos favorecidos para uma ocupação precarizada no mercado.

Após consulta pública sobre o Novo Ensino Médio (NEM), realizada em 2023, o Ministério da Educação enviou ao Congresso Nacional, em 26/10/2023, o projeto de lei 5.230/2023, que altera a lei 13.415/2017 que trata do NEM. Na nova configuração há as proposições de assegurar todos os componentes curriculares que integram as áreas do conhecimento; de estipular obrigatoriedade de 2400h durante os três anos do Ensino Médio para a formação geral básico; eliminação dos itinerários formativos, colocando no lugar percursos de aprofundamento e integração de estudos, nos quais será necessária a interrelação de pelo menos três áreas do conhecimento; determinação da construção de parâmetros nacionais para os percursos de aprofundamento, em regime de colaboração com entre união e estados;

assim como se tem a eliminação da possibilidade de pessoas com “notório saber” ministrarem aulas. A reformulação da Lei 13.415/2017 ainda não ocorreu no Congresso Nacional.

Fábio de Almeida, ao dissertar sobre o tema, destaca a Reforma do Ensino Médio adequada aos moldes neoliberais e seu tratamento ao indivíduo como capital humano. O próprio cidadão em formação, em idade de pouca maturidade, é responsável por seu projeto de vida. Pensa-se na diminuição do tempo aproveitado entre a pessoa e sua família: os pais devem estar trabalhando, produzindo, os filhos com maior tempo na escola, sendo preparados para produzirem no futuro. A dissertação mencionada traz uma interpretação biopolítica, na esteira do pensamento de Michel Foucault, sobre o controle da vida pelo Estado, somada à interpretação de Giorgio Agamben acerca do “Homo Sacer”, que possui uma vida nua, guiada pelo sistema capitalista de vertente neoliberal:

O modelo educacional que transfere ao indivíduo a construção do seu próprio projeto de vida, logo ele é o grande responsável por seu futuro, e o estado não necessita preocupar-se em encontrar um emprego, cabe a cada um dentro de suas faculdades ser eficiente o suficiente para se inserir no mercado de trabalho da melhor forma possível. Neste ínterim vem a reflexão sobre aqueles que não possuem condições financeiras e sociais mínimas para garantir apoio suficiente para uma formação humana adequada para a sociedade em que vivemos (ALMEIDA, 2018, p. 92).

Em se tratando da reforma educacional do Ensino Médio, estamos lidando com a formação da índole, da identidade dos sujeitos, o que Judith Butler dialoga como um processo de subjetivação que conforma pessoas para aceitarem essa lógica de Estado e de vida cultural permeada pelas características do capitalismo liberal. A autora chama Michel Foucault para esse debate:

Em suas últimas entrevistas, Foucault dá a entender que, dentro dos arranjos políticos contemporâneos, as identidades se formam em relação a certos requisitos do Estado Liberal, os quais presumem que a afirmação de direitos e a reivindicação de direitos legais só podem ser feitas com base em uma identidade singular e injuriada. Quanto mais específicas se tornam as identidades, mais totalizadas se tornam por essa mesma especificidade. Na verdade, podemos entender esse fenômeno contemporâneo como o movimento pelo qual um aparelho jurídico produz o campo de possíveis sujeitos políticos (BUTLER, 2020, p. 107).

Judith Butler fala que há um processo de sujeição o qual o indivíduo experimenta para se tornar um “cidadão em boa situação”. Nesse processo há reprodução de relações sociais e habilidades, assim como há a preparação da pessoa para um trabalho moralizado. Trata-se, portanto, da formação de um sujeito repleto de consciência e de culpa, antenado com as proibições e privações da lei (BUTLER, 2020, p. 126). O novo modelo de ensino sancionado

em 2017 potencializa esse processo de sujeição. Temos a performance de pessoas obedientes e prontas culturalmente e conscientemente dispostas a viverem nesse modelo sem questioná-lo.

Em diálogo com Michel de Foucault, Achille Mbembe argumenta que o biopoder e a biopolítica ainda não são capazes de explicar as atrocidades do Estado liberal que impõe sua existência gerando, no decurso do tempo, escravidão, Nazifascismo, Racismo, como premissas que continuam a definir o “civilizado” e o “selvagem”, guerras em nome da vida e da democracia liberal. O camaronês acrescenta os conceitos de “necropoder” e “necropolítica” que transformam populações inteiras em mortos-vivos (MBEMBE, 2021, p. 71).

O Novo Ensino Médio intensifica a formação de sujeitos no sentido da submissão à ideologia liberal, dóceis, preocupados com sua individualidade, com a administração da pobreza – perceptível quando a lei versa sobre o “Projeto de Vida” do aluno, preocupado com o ensino/aprendizagem de economia do orçamento do pouco que se possui, ou não possui. Ainda mais, compreendemos esse modelo como uma característica do biopoder, ou do “necropoder”, quando imaginamos o envio de jovens com a formação de ensino médio para o mercado de trabalho para se transformarem em mão de obra barata, pronta para ser contratada no sistema intermitente da nova legislação trabalhista aprovada em 2017. Trata-se, de forma escancarada de “necropolítica” que entende vidas como não passíveis de serem vividas, como gado pronto para ser enviado ao abatedouro.

Em artigo, Elizabeth Macedo, enfatiza a influência da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da participação de *Think Thanks* (empresas que “aconselham”) na reformulação do EM, construída na lógica de atender às exigências de avaliações sistêmicas. A autora evidencia os interesses de empresas/instituições, como Instituto Natura, Instituto Ayrton Senna, Unibanco, Fundação Lemann, Movimento Todos pela Base, que estão intimamente envolvidos com a implementação da nova base. O modelo se pauta pela comparação com outros países e pela utilização de competências gerais e habilidades, moldadas num prisma neoliberal e de eficiência na lógica da produção capitalista. A estudiosa destaca ainda que a base não é currículo, afirmação aceita pelo MEC depois de muito debate, que um programa nacionalizante, centralizador e/ou globalizante não se adequa às diversidades regionais brasileiras. Questiona: “Do conjunto desses países/cidades com alto desempenho, a Finlândia é talvez o mais conhecido, não apenas pelos excelentes resultados no Pisa, mas por obtê-los a partir de políticas curriculares não centralizadas” (MACEDO, 2019, p. 53).

A História na BNCC consta no itinerário Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, contendo seis competências específicas (da área)¹, diluídas em trinta e duas habilidades, compartilhadas, com Geografia, Sociologia e Filosofia (FELÍCIO, 2019). Como já percebido por Elizabeth Macedo, Sílvio Felício, que aponta o papel da imprensa no convencimento da população pró REM, compreende a falta de clareza no texto da lei sobre o papel da História:

A disciplina de História, assim como seus conteúdos, ficou diluída no itinerário formativo e o papel da disciplina provavelmente pode ser determinado pela elaboração de currículos distintos nos diferentes estados brasileiros. O currículo pode desmembrar as disciplinas de forma independente, como é atualmente, ou mantê-las na mesma grade e, no ato do planejamento, os professores das disciplinas que fazem parte desse itinerário, destacarem as competências e habilidades de cada disciplina. Isso não fica claro no texto da BNCC (FELÍCIO, 2019, p. 20).

O Documento Curricular do Estado do Pará – Etapa Ensino Médio (DCEPA), buscando adequar as proposições curriculares do texto nacional às condições do nosso Estado, destaca as “múltiplas Amazôniaas que formam nosso território” (PARÁ, 2020, p. 14). Esse documento estabelece críticas à padronização curricular nacional, mas reconhece que é um texto constitucional e que há a necessidade de uma orientação da União para diminuir desigualdades que já se percebem nos sistemas educacionais brasileiros:

... [o] DCEPA se apresenta como um documento que faz a crítica a essa uniformização. Entretanto, considera que a estrutura do currículo não pode ser negligenciada enquanto dispositivo constitucional, legal e agora normativo. Contudo, entende que, por um lado, quando não há uma orientação nacional, pode acarretar em disparidades semelhantes com as já existentes e percebidas pelos sistemas e redes de ensino no núcleo comum, por outro lado quando há padronização, pode engessar e ferir a autonomia dos estados. Não é a padronização que trará respostas às lacunas, déficits e contradições existentes, por essa razão interpretar as intenções na execução da política pública curricular não pode desconsiderar o processo social, o espaço, a multiterritorialidade (PARÁ, 2020, p. 83).

Na orientação curricular do Pará há o indicativo de “três princípios curriculares norteadores”, a saber: “respeito às diversas culturas amazônicas e suas inter-relações no espaço e no tempo, a educação para a sustentabilidade ambiental, social e economia, e a interdisciplinaridade e a contextualização no processo de ensino-aprendizagem” (PARÁ, 2020, p. 15). Considera-se relevante a ideia de *multiterritorialidade* ao nos permitir dialogar com as diversidades existentes nas diferentes regiões amazônicas e, assim, com a herança cultural da *Amazônia MosqueireNSE*, que possui bens culturais, muitos não reconhecidos pelo poder

¹ Há na BNCC as dez competências gerais que compreendem a generalidade do documento, incluindo, portanto, os conhecimentos de todas as áreas do conhecimento.

público, mas que possuem relação com as referências culturais das 3 principais matrizes que formaram a sociedade brasileira: indígenas, negros, europeus.

Educação Patrimonial

Consideramos a Educação Patrimonial como um meio de se ensinar História e acreditamos na possibilidade de imbricar Patrimônio Cultural, entendido aqui como um “lugar de memória” (NORA, 1993), repleto de referências do passado, que dialoga com a identidade cultural das pessoas e sua respectiva noção plural de cidadania e de preservação do espaço público. Para tanto, será do nosso interesse utilizar a Educação Patrimonial alinhada aos outros recursos metodológicos de História do Tempo Presente, de História Oral. Nos dizeres de Cláudia Teixeira:

A Educação Patrimonial no ensino de História viabiliza a formação de indivíduos capazes de conhecer a sua própria história cultural. Ao trabalharmos questões referentes ao patrimônio no ambiente escolar, estamos oferecendo subsídios para a construção do conhecimento e da valorização e preservação desses bens culturais, sejam eles materiais, imateriais, naturais ou construídos. Ações educativas nesse sentido são importantes na medida em que os indivíduos precisam, para se reconhecerem e se diferenciarem de outros, de um “espelho” onde seja possível ver a própria vida, a própria cultura, a própria história e as próprias práticas e, com isso, construir a sua memória afetiva e sua identidade cultural (TEIXEIRA, 2008, p. 206).

Educar para a preservação patrimonial, buscar o sentido ou a resignificação dos bens culturais, é relevante quando se realiza junto às pessoas, junto à comunidade, na escola, em aulas de campo, em espaços não formais. Assim defendem Fernanda Cavalcante e Isaíde Silva, em artigo que dialoga com o tema do Patrimônio Cultural nos livros didáticos do Ceará. Os autores ressaltam a importância da escola e da disciplina História no trato com a herança cultural, enfatizando elementos que façam parte da vida comunitária, no sentido de conhecer seu patrimônio, de se identificar, e de construir a noção da importância de preservá-lo, uma vez que é de interesse público, como lembram os autores. Destacam o papel importante de outras disciplinas no processo. Em relação aos bens imateriais e naturais, citam a Geografia e a Biologia, como ferramentas úteis no conhecimento do território, de plantas medicinais e dos saberes de como produzir remédios caseiros (CAVALCANTE; SILVA, 2018). Compreendemos a materialidade herdada culturalmente também como conhecimento interdisciplinar, de qualquer forma, os pesquisadores referenciados apresentam uma contribuição interessante no que diz respeito à proximidade com a comunidade e ao papel de outras ciências na Educação Patrimonial. São incisivos: “[...] não cabe apenas aos professores de História assumir esta grande responsabilidade, é dever de todo o corpo escolar, pois os

educadores em particular devem atuar como agentes de educação patrimonial” (CAVALCANTE; SILVA, 2018, p. 88-89).

Rejane Bessa dissertou sobre relações possíveis entre Biologia e História, analisando as exigências curriculares do ENEM e percebendo que os livros didáticos (triênio 2018-2020), editados antes da homologação da BNCC, e os professores de ambas as disciplinas de Estados diferentes (Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo) ainda não realizavam o trabalho de acordo com a nova base. A autora faz uma revisão bibliográfica sobre o conceito “Interdisciplinaridade” e chega a uma interpretação de que não se trata de eliminação das disciplinas, sim de comunicação entre elas, de busca por metodologias e descobertas que as entrelacem no ensino-aprendizagem. Porém, pensamos que a maior felicidade da dissertação da professora de Biologia corresponde ao entrelaçamento de competências e habilidades da Área de Ciências Naturais e Ciências Humanas, assim como montou uma tabela em que fez associações entre temas dos livros didáticos de História e Biologia. E fez a partir de respostas de professores de ambas as matérias. Exemplos: quando na História se debate as teorias do surgimento do homem e o evolucionismo, na Biologia trabalha-se o tema também com as explicações que falam sobre as taxonomias, de uma perspectiva do conhecimento da vida em si. Quando na História se fala de escravidão, racismo, na Biologia se trata da melanina na pele. Ao se falar dos impactos da ação do homem na natureza historicamente, biologicamente se debate os acordos ambientais transnacionais (BESSA, 2020).

Ensino de História e pesquisa na Amazônia MosqueireNSE

Os principais sujeitos da pesquisa são os alunos do Ensino Médio que, no ano letivo de 2022, cursavam o primeiro ano, na escola pública estadual Honorato Filgueiras, localizada em Mosqueiro, distrito administrativo de Belém; território situado na foz do Rio Amazonas, no encontro de suas águas com o Oceano Atlântico. A escola foi fundada em 1944 com o nome “Escola Reunida do Maracajá”². Em 1972 passou a ofertar o 1º grau completo, quando passou a se chamar “Paes de Carvalho”. Até que em 1976, nova troca de nome, adotando “Honorato Filgueiras”, agora com a oferta de 1 e 2º Graus completos.

Figura 1: Escola Honorato Filgueiras

² Maracajá é o bairro onde se localiza a escola, no distrito de Mosqueiro, Belém-PA.



Fonte: Arquivo pessoal de fotos. Registro de 22/01/2019.

Marieta Ferreira (2012, p. 330) defende a História Oral como método de pesquisa que gera uma fonte especial, que traz narrativas orais que ajudam na compressão das representatividades e estratégias de grupos não hegemônicos da sociedade. Para Verena Alberti (2015, p. 166), as fontes orais nos aproximam empiricamente do objeto, possibilitando alcançarmos um tipo de “história dentro da história”. Somando-se a essa perspectiva, é importante ressaltar que Patrimônio Cultural é disputa de narrativas, de memórias, sendo que onde há memória, há relações de poder, relações conflituosas, lembranças e esquecimentos (CHAGAS, 2009, p. 136). Nessa esteira, o professor Almir Félix (2021, p. 28) pensa o patrimônio a partir da escolha das pessoas, afastando-se da lógica da consolidação das memórias dos vencedores. Com essas premissas, indagamos os discentes sobre o que eles consideram Patrimônio Cultural em Mosqueiro. Dos 159 bens culturais citados, os que mais aparecem são: Praça Matriz, com 26 menções; praias, citadas 22 vezes; chalés, 20 citações; Coreto da Vila, aparece 14 vezes; Igreja Matriz, 11; Mercado da Vila, 10; Fábrica Bitar, 5; e a Tapiocaria da Vila, com 5 aparições.

Tomando como partida o que os alunos consideram Patrimônio, rumamos a um breve passeio pela História do lugar. Os primeiros europeus que se aventuraram e passaram pela frente da orla oeste da Ilha de Mosqueiro foram os espanhóis. O Paraná-açu ou Paranaguaçu dos nativos, foi chamado de Santa Maria de La Mar Dulce, pelo navegador Vicente Pinzon (ALVES FILHO et al., 2001, p. 12), que chegou ao estuário amazônico no início de 1500. Já o nome atual, Rio Amazonas, relaciona-se com a viagem de Francisco Orellana, ainda na primeira metade do século XVI, encarregado de encontrar riquezas na parte espanhola do Tratado de

Tordesilhas. O navegador em questão, conhecedor da lenda grega, afirmou ter visto guerreiras amazonas ao passar pelo rio, que depois passou a ter o nome das lendárias gregas (AZEVEDO, 1901, p. 16).

A chegada dos portugueses, capitaneados por Castelo Branco, ocorreu em 1616. A fundação de Belém, datada de 12 de janeiro do mesmo ano, poderia ter ocorrido na Baía do Sol (extremo norte de Mosqueiro), se não fossem os “mares tão inquietos” da região, como relata o padre José de Morais (BRANDÃO, 2006, p. 9). Uma das primeiras denominações para o lugar foi “I. de S. Ant^o.” (Ilha de Santo Antônio), na região da “Província dos Tupinambás”, como se encontra na cartografia do Pará até o Rio Tury (ALBERNAZ, 1666), enquanto o nome Mosqueiro aparece pela primeira vez no mapa de 1680, do litoral do Pará e Maranhão (MEIRA FILHO, 1978, p. 25-26).

No século XVII, houve a implantação da missão jesuítica Myribira. No XVIII houve as primeiras doações de sesmarias. Já nos 1800, os cabanos³, em fuga, enfrentaram as tropas legalistas em pontos artilhados na Vila e no Chapéu Virado. Informações essas que foram fornecidas pelo pesquisador Eduardo Brandão (2006, p. 9-10).

A maioria dos bens culturais mencionados pelos estudantes nos leva ao contexto da virada do século XIX para o XX, momento no qual o comércio do látex promoveu mudanças importantes em Belém e por consequência em Mosqueiro. Pessoas envolvidas com o negócio da borracha ou em outras atividades resultantes vinham para Mosqueiro passar o fim de semana, feriados, férias. Nesse tempo ocorreu a urbanização irradiada a partir do bairro da Vila, rumo à orla, às praias. Chalés, energia elétrica, viagens rotineiras de Belém para Mosqueiro, construção e reforma do Trapiche, são algumas obras e serviços que surgiram na virada dos 1800 para os 1900. Assim como a transformação do lugar em distrito de Belém também data do período, 1901. Administrativamente, antes de integrar o município de Belém, a Ilha fazia parte de Benfica, emancipando-se em 1868, quando se tornou uma Freguesia autônoma. Em 1895 alcançou o status de Vila (TAVARES, 2019).

Interessante perceber como a herança cultural mencionada pelos discentes possui um caráter plural no sentido de pensá-la como paisagem cultural. A dimensão material expressa num chalé, dialoga com o natural, com a praia, e com os alimentos consumidos, a tapioca, o peixe, as frutas regionais, relacionadas aos saberes humanos relacionados às possibilidades ambientais do lugar.

³ A Cabanagem, revolução popular paraense, ocorreu entre os anos 1835 e 1840. Os cabanos ficaram no poder entre 1835 e 1836. Depois disso abandonaram Belém e se refugiaram nos interiores.

O projeto de ensinar História pelo patrimônio da *Amazônia Mosquense* se faz em 4 momentos. 1- Pesquisa, aplicação de questionários a professores, técnicos pedagógicos e alunos⁴. 2- Aulas introdutórias, explicativas sobre o trabalho como um todo, sobre conceitos correlatos ao patrimônio, sobre História Regional e Local, e a preparação para as aulas de campo. 3- Execução dos roteiros culturais: 3.1- Chalés, bens relacionados à Praça Matriz e a Fábrica Bitar⁵; 3.2- Chalés do Murubira ao Farol; 3.3- Visita técnica à comunidade do Caruaru, interior de Mosqueiro, de população ribeirinha e do interior da floresta, no sentido de buscar conhecer o que ainda há de produção da farinha, de goma que faz a tapioca, do tucupi, ingrediente do Tacacá⁶, o extrativismo do açaí, o pescado, e a vida cotidiana das pessoas. 4- Momento de sistematização e avaliação do trabalho, de volta à sala de aula. Para tanto, sugerimos a execução dos roteiros culturais divididos pelos três anos do Ensino Médio, seguindo a dinâmica dos quatro itens apresentados em todos os anos, diferenciando o destino das aulas de campo: para o primeiro ano realizamos a visita mais próxima da escola, aos bens culturais localizados da Praia do Bispo até a Vila, finalizando o percurso na escola, que pode ser feito por meio de caminhada e/ou passeio ciclístico. Aos discentes do segundo ano⁷, temos o passeio ciclístico percorrendo a Orla do Murubira ao Farol. E para o último ano do Ensino Médio⁸ reservamos a visita à comunidade do Caruaru.

⁴ Etapa realizada em 2022.

⁵ Primeira fábrica de beneficiamento da borracha do Brasil, instaurada em Mosqueiro, em 1924.

⁶ Bebida quente, servida em cuia, que se faz com o tucupi, a goma de tapioca, folha do jambu, e camarão salgado. O tucupi é um líquido amarelo que se extrai da mandioca. Enquanto a folha do jambu possui propriedades que fazem adormecer os lábios, a boca, quando ingerido.

⁷ Os discentes que em 2023 estão cursando o segundo ano, sugerimos que realizem também o roteiro previsto para o primeiro ano, uma vez que em 2022 não experimentaram nenhum itinerário formativo.

⁸ A primeira turma de terceiro ano no Novo Ensino Médio, no Honorato Filgueiras, ocorrerá no ano letivo de 2024.

Figura 2: Área dos roteiros culturais propostos, em Mosqueiro



Fonte: Disponível em:

[https://www.google.com/maps/place/Murubira+\(Mosqueiro\),+Bel%C3%A9m+-+PA,+66918-370/@-1.1391372,-48.4482258,12729m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x92a48a82c6b68055:0xfe8fa71dacdb4835!8m2!3d-1.3717682!4d-48.4296864](https://www.google.com/maps/place/Murubira+(Mosqueiro),+Bel%C3%A9m+-+PA,+66918-370/@-1.1391372,-48.4482258,12729m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x92a48a82c6b68055:0xfe8fa71dacdb4835!8m2!3d-1.3717682!4d-48.4296864). Acesso: 14/01/2023.

Na imagem acima há o referenciamento de alguns pontos: Praias do Murubira, do Farol, do Bispo, Campo do Caruaru. São a localização dos trechos aos quais me referi como baliza das aulas de campo. A escola Honorato Filgueiras fica ao sul do Murubira, tendo indicada a região aproximada pela seta em azul, inserida por mim na imagem.

José Maria Reis e Souza Júnior disserta sobre a importância do turismo de base comunitária e sua contribuição para o fomento de qualidade de vida das pessoas, em especial as receptoras. Destaca o exemplo da Trilha Olhos D'água, desenvolvida pela Prefeitura de Belém, nos idos de 1999 a 2003, que executava uma proposta de turismo ecológico em Mosqueiro. O passeio saía do Porto do Pelé até a comunidade do Mari-Mari, via fluvial. De lá se fazia uma caminhada de aproximadamente 3,5Kk em mata fechada, pela trilha, até se chegar à comunidade do Caruaru, surgida há 100 anos, aproximados, como nos diz o autor. No percurso, a conversa feita com os turistas se pautava na educação ambiental e nas características da floresta amazônica encontrada na Ilha, assim como, quase no término, havia uma parada

para se hidratar com a água retirada direto de olhos d'água, que ficam entre o Itapeuapanema e o Caruaru⁹. O significado da expressão última, segundo o autor, é “terra de fartura”, onde se encontra açaí, cupuaçu, jaca, camarão, pescado e uma pequena produção de derivados da mandioca: farinha, tucupi, goma (SOUZA JÚNIOR, 2012).

Em 2023, após os discentes participarem de momentos significativos do projeto, responderam a alguns questionamentos:

Tabela 1 – Respostas dos Discentes – Questionário Avaliativo

Discentes	O que você aprendeu sobre a História de Mosqueiro?	O que você aprendeu sobre Patrimônio Cultural?	Avalie o projeto como um todo. Critique ou elogie. Destaque o que você gostou ou não: comente a respeito.
201M- AJ	Aprendi, por exemplo, como Mosqueiro foi descoberto, seus primeiros admiradores, suas primeiras construções, como os casarões e o Trapiche. Exemplo: os portugueses construíram os casarões, descobriram Mosqueiro para tirar férias, e muitos deles traziam amantes.	O patrimônio cultural é algo muito importante para a nossa vida, pois é uma construção antiga, praças, praias, e, muitas vezes, não sabemos de suas histórias. É quando passamos a estudar esses monumentos que vamos entender sua história e sua importância.	Eu gostei muito do projeto, das caminhadas, do passeio ciclístico e muito mais. Eu não conhecia a história de Mosqueiro, e a partir dessas aulas de acordo com o professor eu fui aprendendo cada história, de cada canto de Mosqueiro, e eu gostei muito de aprender histórias da minha ilha.
201M- LM	Mosqueiro é um arquipélago com 35 ilhas. Existem vários monumentos históricos muito importantes em Mosqueiro. Um deles é a Princesa Isabel que assinou a abolição dos escravos. Como parte da história de Mosqueiro posso citar também o Canto do Sabiá, que foi um local de refúgio para um alemão.	Patrimônio Cultural é tudo aquilo que tem certa importância na História. Existe Patrimônio Cultural Material, Imaterial e Natural. Exemplo de Patrimônio Cultural Material: Estátua Princesa Isabel. Exemplo de Patrimônio Cultural Imaterial: a música. Exemplo de Patrimônio Cultural natural: Ilha do Amor, localizada próxima ao Hotel Farol.	Eu achei o projeto incrível. Certamente contribuiu para a minha formação. Gostei principalmente da ideia de sair da sala de aula e aprender em um local diferente. Como sugestão eu gostaria de dizer que seria muito interessante entrevistarmos as pessoas daqui da Ilha de Mosqueiro.
201M- JS	Aprendi muitas coisas, como a relação dos chalés com a história de Mosqueiro; como surgiu o nome “Mosqueiro”; o porquê de cada rua; sobre o canhão da Praia do Bispo, etc. E outros conhecimentos que me ajudaram a	Algo que pode ser do povo. Conhecido também como imaterial e material.	Sinceramente, não tenho críticas, só elogios, porque através de tudo que estudamos em sala de aula e campo, fez eu conhecer mais o local onde moro. E gostei de tudo: pesquisa, principalmente das aulas de campo, específico a última. Minha sugestão é mais aulas de campo.

⁹ Termo advindo dos Cariri, do Nordeste Brasileiro.

	conhecer melhor o local onde moro.		
201T- AL	Sua história remonta ao período colonial, quando foi colonizada por portugueses e tornou-se um centro produtor de farinha e mandioca.	Refere-se aos bens materiais e imateriais, que possuem valor histórico, artístico, científico ou simbólico para uma determinada cultura ou sociedade.	Gostei porque ajuda muito o conhecimento para história. Aprende-se muito.
201T- KM	Patrimônio Cultural é tudo aquilo que guardamos dos antepassados, como dança, as formas de falar e outras.	Começando desde a época da borracha até os tempos de hoje em dia, mostrando um pouco da evolução.	Foi muito legal, gostei de participar desse projeto. Tive contato com casarões que achei que nem existiam.
201T – LC	A história de Mosqueiro nunca me chamou muita atenção. Mas depois de conhecer um pouco mais do porquê de certos locais terem certos nomes, e terem estátuas, percebi que que Mosqueiro não era tudo aquilo que eu pensava antes.	Patrimônio Cultural é tudo aquilo que está ligado a uma cultura de origem, como música, culinária, religião, etc.	Gostei, até que bastante, do projeto. A matéria de história em si nunca me chamou muita atenção, sobre ter que aprofundar o passado e tudo mais. Porém, isso me fez perceber a razão por estarmos todos aqui e perceber o quanto de pouco período pra cá evoluímos.
201T- CF	Mosqueiro começou a ser visto como balneário pelos barões e então se tornou Vila. Os barões começaram a construir chalés perto da orla. Ao longo do tempo começaram a surgir meios de transporte, como carroças puxadas por jumentos e ônibus. Sobre a história de Mosqueiro também é importante citar a economia da borracha.	Patrimônio Cultural se refere a bens materiais e imateriais de valores patrimoniais, culturais e religiosos, para determinada sociedade.	Achei o projeto bom. Gostei bastante da aula de campo e do passeio ciclístico.
201T- RM	A história de Mosqueiro tem origem nas varetas bordadas dos índios Tupinambás. O nome Mosqueiro é originado da antiga prática do “moqueio” do peixe pelos indígenas Tupinambás que antes habitavam na Ilha.	Aprendi que o Patrimônio Cultural é o conjunto de todos os bens; a importância histórica de cada região.	Eu achei o projeto muito necessário, pois tinha muitas histórias sobre Mosqueiro e outros assuntos que foram abordados em sala de aula. Claro que ainda tenho muito a aprender. Esse projeto me ajudou muito.
201T- LC2	Seu início se dá com a chegada do espanhol Pinzon, que chama Mosqueiro de “água doce de la mar dulce”. No entanto, os primeiros habitantes eram os índios Tupinambás e não os estrangeiros. Por sua vez, os nativos praticavam o	É o produto cultural humano, que está ligado aos bens culturais deixados por nossos antepassados. São as memórias. Além disso, possui três tipos: patrimônio material (que podemos tocar), imaterial (intangível) e o natural (chancela).	O projeto foi ótimo, pois possibilitou vivências únicas, como o entendimento de assuntos importantes. Assim, digo que gostei da forma que foram repassados os conteúdos, além de passeios ao ar livre. Portanto, parabéns o senhor, professor.

moqueio (origem do nome da ilha – técnica de conservar o peixe). Por fim, seu núcleo urbano é a Vila. Arthur Pires Teixeira implantou o ferro-carril. Chalés foram criados com portos na frente, e outros.		
--	--	--

Fonte: Arquivo pessoal. Questionário aplicado no terceiro bimestre de 2023.

Para preservar a identidade dos discentes, em vez de colocar os nomes, identificamos com os códigos que se referem à turma a qual fazem parte. Interessante como, no início do projeto, as respostas aos questionamentos em relação à História de Mosqueiro e ao conceito de patrimônio, muitas vinham dizendo que não sabiam dizer, ou tinham esquecido, ou deixavam em branco. Essa pequena amostragem traz uma representação do ganho em qualidade com a participação dos jovens que passaram a mergulhar na história do lugar em que vivem e a vivenciar os seus bens culturais conhecendo melhor o conceito de patrimônio, ajudando-os assim a refletir melhor sobre sua condição de cidadão que possui direitos e deveres, inclusive sobre sua vida cultural.

Considerações finais

Compreendemos que o projeto de entrelaçar a História e o Patrimônio Cultural em Mosqueiro corresponde a ofertar um ensino significativo ao discente, pautado no cotidiano e possibilitando pensar problemas de escalas maiores (regional, nacional, global) a partir do local. Para tanto, apresentamos a metodologia de Educação Patrimonial com ênfase na História ciência, como baliza principal de enfrentamento à homogeneidade e centralismo da nova base curricular.

Ante um modelo de Ensino Médio que esvazia debates e que foi forjado para preparar alunos para um mercado de trabalho neoliberal e precarizado, nossa proposta visou alcançar objetivos que podem minimizar os problemas advindos desse formato e buscar qualidade para a História e seu ensino, em especial destacamos: 1- afirmar a História como ciência; 2- qualificar o ensino de História, produzir conhecimento histórico escolar; 3- conhecer as memórias, identidades e as mazelas correlatas das Amazônias de Mosqueiro; 4- valorizar o Patrimônio Cultural, refletir sobre a salvaguarda dos bens culturais; 5- contribuir para a formação cidadã dos jovens.

Referências

ALBERNAZ, João Teixeira. **Livro de toda a costa da Província de Santa Cruz**. 1666. Disponível em: <https://mapoteca.expoitaipupedra.com.br/2021/05/04/demonstracao-do-para-ate-o-rio-tury/>. Acesso: 16 mai. 2024.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. 3ª Edição, 2ª Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

ALMEIDA, Fábio de. **A Reforma do Ensino Médio brasileiro de 2017 nos moldes do sistema neoliberal**. Dissertação (Mestrado em Educação), UNIPLAC, Lages, SC, 2018.

ALVES FILHO, Armando, et al. **Pontos de História da Amazônia**. 3ª edição. Belém: Paka-Tatu, 2001.

ARÉVALO, Javier Marcos. La tradición, el patrimonio y la identidad. *Revista de Estudios Extremeños*, Badajoz (España), v. 60, n. 3, p. 925-956, 2004.

Azevedo, João Lucio de. **Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização**. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1901.

BESSA, Rejane Batista Farias. **Diálogos interdisciplinares entre Biologia e História: a procura por elementos teóricos para elaboração de metodologias a partir do que dizem os professores**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Biologia), UFJF, Governador Valadares, MG, 2020.

BRANDÃO, Eduardo. Mosqueiro: a história de um arquipélago no estuário amazônico. *Ilhas Amazônicas*, Belém, Halley SA Gráfica e Editora, n. 1, jan. 2006.

BUTLER, Judith. *A Vida Psíquica do Poder*. Teorias da sujeição. 1ª Ed. 5ª Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

CAVALCANTE, Fernanda; SILVA, Isaíde. O Patrimônio Cultural na educação escolar. *Expressão Católica*, Quixadá-CE, v. 7, n. 2, p. 83-90, 2018.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 4ª edição. São Paulo: UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Artístico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34, p. 147-165, 2012.

FELÍCIO, Sílvio Célio. **Reforma do Ensino Médio e a disciplina História: leituras sobre as repercussões da BNCC**. Dissertação (Mestrado em História), UFG, Catalão, GO, 2019.

FERREIRA, Marieta. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 314 a 332, dez. 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, jan./jun. 2015.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, memória e patrimônio. **Revista do Patrimônio Artístico e Artístico Nacional**, Brasília, p. 91-111, n. 34, 2012.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./dez. 2006.

MACEDO, Elizabeth. Fazendo a base virar realidade: competências e germe da comparação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 39-58, jan./maio. 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 9ª Reimpressão. São Paulo: N-1, 2021.

MEIRA FILHO, Augusto. **Mosqueiro: Ilhas e Vilas**. Belém: Grafisa, 1978.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. O Patrimônio histórico: objeto de pesquisa do historiador. **HISTÓRIA UNICAP**, Recife, v. 4, n. 7, p. 5-14, 2017.

PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Documento curricular do Estado do Pará – Etapa Ensino Médio**. Volume II. Belém: SEDUC-PA, 2020.

SOUZA JÚNIOR, José Maria Reis e. **A natureza do turismo e o turismo de natureza na Amazônia: ecoturismo de base comunitária e territorialidades de Caruaru, Ilha de Mosqueiro**. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFPA, Belém, PA, 2012.

TAVARES, Daniel Rodrigues. **O ensino de História por meio da Educação Patrimonial na Ilha de Mosqueiro**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História), UFPA, Ananindeua, PA, 2019.

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. A Educação Patrimonial no Ensino de História. **Biblos – Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande – RS, v. 22, n. 1, 2008.

WATHIER, Valdoir Pedro. **Reforma do Ensino Médio: vamos pensar uma educação ecossistêmica?** Tese (Doutorado em Educação), UCB, Brasília, 2019.

Submetido em: 01 de março de 2024

Aceito em: 31 de maio de 2024